

ARTIGO

O LADO SOMBRIO DOS NEGÓCIOS TEUTO-BRASILEIROS: AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DA DITADURA MILITAR

HELEN MIRANDA NUNES

Doutora em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas.
Vinculada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9264-0851>

RESUMO: Historicamente, a Alemanha Ocidental construiu o maior parque industrial fora do seu próprio território, no estado de São Paulo. Várias empresas multinacionais instalaram-se no Brasil como a Volkswagen (VW) e a Siemens que são objetos do presente artigo. Em 1975, foi assinado o maior acordo nuclear da história industrial entre Brasil e República Federal da Alemanha (RFA). Todavia, nem sempre a história dos negócios teuto-brasileiros foi bem-sucedida. O objetivo deste trabalho é compreender a atuação empresarial alemã ocidental e as violações de direitos humanos que ocorreram atreladas a ela durante a ditadura militar brasileira. A pergunta de pesquisa é: Quais fatores justificaram a atuação empresarial alemã em conluio com a junta militar? A hipótese é: Alemanha Ocidental necessitou da privação de direitos da população para projetar seus negócios lucrativos no Brasil. A metodologia usada é qualitativa, baseada em arquivos da Alemanha, do Brasil e dos Estados Unidos e na revisão da literatura sobre a temática.

PALAVRAS-CHAVE: Alemanha Ocidental; Brasil; Violação; Direitos Humanos.

THE DARK SIDE OF GERMAN-BRAZILIAN BUSINESS: VIOLATIONS OF HUMAN RIGHTS IN THE DICTATORSHIP

ABSTRACT: Historically, Germany built the largest industrial park outside its own territory in São Paulo. Several multinational came to Brazil such as Volkswagen (VW) and Siemens. In 1975, the nuclear agreement between Brazil and the Federal Republic of Germany (FRG) was signed. It was the largest agreement in the history of German industry. However, the history of Brazilian-German businesses has not always been successful. The objective of this paper is to understand the German business performance in Brazil and human rights violations during the Brazilian military dictatorship. The research question is: What factors have justified the German business action in collusion with the Brazilian military junta? The hypothesis is that Germany needed the deprivation of local rights in order to project its profits in Brazil. The methodology is qualitative and it was based on historical archives and sources in Brazil, Germany and the US. A literature review was also fundamentally important to the article.

KEYWORDS: Federal Republic of Germany; Brazil; Violation; Human Rights.

Recebido em: 30/03/2023

Aprovado em: 26/07/2023

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2023v77p210-236>



Introdução

As relações comerciais entre Brasil e Alemanha são longevas e intensas. Datam do século XIX quando Alemanha ainda era vários territórios fragmentados em torno da Prússia. O presente artigo tem como objeto a atuação da República Federal da Alemanha (RFA) no Brasil durante a ditadura militar. Cabe ressaltar que a Alemanha estava dividida, geopoliticamente, desde o fim da Segunda Guerra Mundial até a queda do Muro de Berlim. De um lado, estava a RFA mais alinhada aos Estados Unidos; por outro, a República Democrática Alemã (RDA), vinculada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Ao longo da Guerra Fria, a Alemanha Ocidental construiu o maior parque industrial alemão fora do seu próprio território, no estado de São Paulo, com a vinda de várias empresas multinacionais como a Volkswagen (VW) e a Siemens.

Importante destacar que a Alemanha Ocidental teve uma atuação internacional bastante ativa. O fato é que a RFA buscou uma política externa independente que se expressava com vigor no setor industrial. A Alemanha saiu dos escombros da guerra e se reconstruiu sob o cuidado de evitar atritos com os vizinhos europeus. O projeto comunitário visava assegurar e zelar a paz regional e evitar qualquer exacerbação de nacionalismos extremos, por exemplo. A própria Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) haviam sido desenhadas, em parte, para lidar com uma Alemanha fragmentada e destruída, mas que nunca havia abandonado 100% sua potencialidade atômica, oriunda do nazismo¹ (Geier, 2011).

Em 1975, foi assinado o maior acordo nuclear já visto entre Brasil e RFA – também o maior acordo da história da indústria alemã ocidental com um país do Terceiro Mundo. Esse acordo atômico visava fomentar o programa nuclear da ditadura militar. Foi uma negociação polêmica e sem transparência. A tecnologia negociada com a Alemanha Ocidental ainda era

¹ O físico alemão Werner Heisenberg foi considerado um dos principais cientistas do programa atômico nazista. Ganhou o prêmio Nobel em 1932. De 1942 a 1945, durante a Segunda Guerra, foi diretor do Instituto Kaiser-Wilhelm para Física em Berlim. De 1946 a 1958, foi diretor do Instituto Max Planck de Física em Göttingen. De 1958 a 1970, foi diretor do Instituto Max Planck de Física em Munique (Geier, 2011).

e as indústrias alemãs em São Paulo (ABC paulista) e no Rio de Janeiro (Angra dos Reis, onde se localizam, hoje, as usinas nucleares).

Os estudos de casos aqui tratados são o setor automobilístico, concretizado pela VW do Brasil, e o setor nuclear, oriundo do acordo Brasil-Alemanha Ocidental de 1975. Este acordo atômico resultou em um conglomerado alemão de empresas do setor energético como a própria Siemens e a Kraftwerk Union (KWU). A pergunta de partida da presente pesquisa é: Quais fatores justificaram a atuação empresarial alemã em conluio com a junta militar brasileira? A principal hipótese é que a Alemanha Ocidental necessitou da privação de direitos humanos da população local para projetar seus negócios lucrativos no Brasil ao longo da ditadura militar. O uso da palavra conluio é proposital, na medida em que a hipótese trabalha a convivência do empresariado alemão com a ditadura. A metodologia usada é qualitativa, com uso de estudos de caso, baseada em fontes históricas, localizadas no Arquivo Nacional do Brasil, nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha Ocidental e, também, na Central Intelligence Agency (CIA), órgão do serviço de inteligência dos Estados Unidos. O artigo contém esta breve introdução; (a) uma seção sobre o lado sombrio dos negócios teuto-brasileiros e as violações de direitos humanos; (b) outra seção sobre as denúncias de violações ocorridas na VW do Brasil; (c) outra parte sobre as denúncias de violações na Siemens do Brasil; (d) uma última seção sobre o processo de abertura política da ditadura; e, por fim, a conclusão.

a) O lado sombrio dos negócios teuto-brasileiros e as violações de direitos humanos

Os recursos enviados pelos Estados Unidos e pela Alemanha Ocidental para a propaganda anticomunista, antes e imediatamente após o golpe de 1964, orquestrado pela Escola Superior de Guerra (ESG) – por meio do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS) – associaram empresários em conluio direto e indireto com as elites políticas militares (Silva, 2003, p. 256). O IPÊS foi uma organização empresarial dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, estruturada, ainda durante o período democrático, em 1961, e trabalhava com a elaboração de diversas publicações que defendiam o interesse do capital

multinacional, a partir da formulação de projetos de políticas públicas que atendessem aos interesses econômicos empresariais. O objetivo era defender o anticomunismo via propaganda por intermédio de cursos, seminários, conferências e artigos para a imprensa e opor-se à intervenção estatal na economia. A diretoria do IPÊS coordenava a atuação de diversos grupos de trabalho, cujos integrantes eram recrutados, de preferência, entre ex-alunos, civis e militares da ESG. No Rio de Janeiro, o IPÊS foi chefiado pelo general Golberi do Couto Silva até o golpe militar de 1964. O IPÊS teve fim em 1972 (Oliveira, 2020). Houve indícios que empresas estrangeiras contribuíram para os cofres do IPÊS como a Mercedes Benz, que também era alemã. A norte-americana Ford teria, também, destinado regularmente importâncias elevadas ao IPÊS (Lamarão, 2009).

Segundo o jornalista alemão Christian Russau (2016, p. 60), no relatório da CNV (2014), como visto na introdução do presente artigo, estão mencionadas empresas alemãs e suas representantes no Brasil – como VW e Siemens – em atuação direta e indireta com centros de tortura e com as polícias políticas durante a ditadura militar (1964-1985). Na página 320, no volume II do relatório da CNV, Russau (2016) aponta que, várias multinacionais, como a VW, financiaram a *Operação Bandeirante* (OBAN), incluindo grupos empresariais. A VW, por exemplo, disponibilizou veículos para a operação. Além disso, houve parcerias em negócios de empresas bélicas como a Heckler&Koch e Krupp (Neher, 2016).

A OBAN surgiu em junho de 1969. Foi criada para centralizar as investigações e o desmantelamento das organizações comunistas – armadas ou não – contrárias à ditadura sob direção do Centro de Informações do Exército (CIE). O objetivo foi intensificar a repressão política e coordenar os aparelhos policiais tanto militares quanto civis e as Forças Armadas. A operação foi financiada por empresários como os dos grupos Ultragás que, inclusive, teriam se engajado efetivamente na prática de tortura, a exemplo do empresário dinamarquês Henning Boilesen (MPSP, 2020). O órgão serviu de base para a posterior criação das Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) que substituiu a OBAN, em São Paulo, e serviu de modelo que se converteria em centros de tortura ampliados para o restante do país (Joffily, 2009).

Em 1969, a revista alemã *Der Spiegel*⁴ divulgou um relato do militante alemão Clemens Schrage, da Ação Popular (AP) - movimento de esquerda, vítima de tortura no Brasil: “Eu tive que dar choques elétricos em mim [mesmo]”. Durante trinta dias, ele foi espancado e pendurado de cabeça para baixo. Passou cinco meses em uma prisão do DOPS de São Paulo, de maneira arbitrária, à medida que a ditadura militar supria as liberdades individuais e políticas de quem se manifestava contra o regime (Gray, 2017).

Na Alemanha Ocidental, os católicos começaram a registrar preocupação com as violações de direitos humanos, após saberem que o padre Antônio Henrique Pereira Neto havia sido morto em Recife pelos militares em 1969. Um deputado do partido conservador cristão (CDU), Fritz Baier, questionou o assassinato do padre Neto e a prisão de membros da Juventude Operária Cristã (JOC) - *Christliche Arbeiterjugend* – no Brasil. A manifestação de Baier fez com que o embaixador brasileiro, em Bonn, tomasse medidas oficiais na libertação de Clemens ainda em 1969. Logo após o ocorrido, Schrage voltou para Alemanha Ocidental (Gray, 2017, p. 124-125).

Para o historiador William Glenn Gray (2017), especialista em História da Alemanha, o caso de Schrage foi uma exceção em relação à postura do governo alemão ocidental sobre o Brasil. A maioria dos ativistas católicos e socialistas em prisões brasileiras não eram cidadãos alemães. Não foi por falta de esforço da sociedade civil alemã ocidental: na década de 1970, monges dominicanos na Renânia, estado da RFA, começaram a coletar provas sobre o uso de tortura no Brasil. A juventude católica e grupos estudantis organizados também se mobilizaram, solicitando a representantes locais de seus distritos que denunciassem o Brasil no *Bundestag* – o parlamento federal alemão. À medida que os generais brasileiros continuavam a deter sacerdotes e outros católicos, as filiais da JOC, na Alemanha Ocidental, “inundaram o governo com protestos, inclusive reivindicando rompimento das relações diplomáticas”. Helmut Kohl, então ministro-presidente do estado da Rheinland-Pfalz, recebeu petições e escreveu a Scheel, ministro das Relações Exteriores da Alemanha (1969-1974), solicitando que algo fosse feito. Atendendo à pressão, o ministro recebeu uma delegação da JOC e conseguiu negociar uma reunião entre a JOC e os diplomatas brasileiros, fazendo com que os jovens alemães

⁴ ICH musste mir selbst Stromstöße geben. Folterung in Brasilien. **Der Spiegel website**, 15 dez. 1969.

ocidentais transmitissem suas preocupações. No entanto, os diplomatas de Bonn – capital da Alemanha Ocidental - recusaram-se a abordar a questão da tortura, alegando que, se o fizessem, “violariam o direito internacional interferindo nos assuntos internos de um estado estrangeiro” (Gray, 2017, p. 125).

Quando eram cidadãos alemães que praticavam as violações de direitos humanos em ditaduras em outros países da América Latina, a postura do governo alemão ocidental face às violações, como no caso do Chile, por exemplo, foi fazer “vista grossa”. No caso da seita *Colonia Dignidad* que praticou tortura, escravidão e estupro em crianças, a embaixada alemã ocidental, no Chile, pouco fez para frear os abusos. O ditador Augusto Pinochet (1973-1990) ainda usou o local como campo de concentração para oponentes da ditadura chilena (Fuchs, 2016).

No Brasil, o ativismo por temas de direitos humanos começou a mudar com a entrada da Organização Não Governamental (ONG) *Anistia Internacional* (AI) no debate, em 1972, principalmente, a respeito do “Relatório sobre Alegações de Tortura no Brasil” (*apud* Gray, 2017) publicado, também, em 1972, que transmitiu informações sobre 1081 vítimas e 472 denúncias sobre torturadores. Voluntários alemães fundaram um grupo de coordenação brasileiro na cidade de Colônia, na RFA, no mesmo ano. A experiência do militante alemão da AP e vítima de tortura no Brasil, Clemens Schrage, serviu como base para o início dos trabalhos (GRAY, 2017).

Para o chefe da AI em Colônia, o acordo nuclear fortalecia o governo militar brasileiro. Em 1975, os representantes da AI na Alemanha Ocidental questionaram o então ministro das relações exteriores Hans-Dietrich Genscher (1974-1982) acerca da violação de direitos humanos no Brasil. Apenas algumas semanas antes, o jornalista Vladimir Herzog havia sido assassinado na prisão. Nem a mídia alemã deu atenção: o *Der Spiegel* e o *Die Zeit* (jornal de grande circulação na Alemanha) não reportaram o assassinato do Herzog. A memória sobre o acordo nuclear de 1975 do governo Geisel monopolizou a atenção que o governo alemão ocidental devotou ao Brasil à época (Gray, 2017, p. 126-133).

Em anos recentes, em uma nova abertura dos arquivos de altos funcionários do Departamento de Estado americano e de outras agências, foi divulgada, nos Estados Unidos, um documento da CIA, assinado por W. E.

Colby, confirmando que os generais Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista Figueiredo (1979-1985) autorizaram execuções sumárias arbitrárias de cidadãos brasileiros. O general Geisel perpetuou o regime de exceção com repressão como comprova a documentação. O general Geisel decidiu continuar as execuções sumárias daqueles considerados “inimigos” da ditadura, decidindo sobre a vida e a morte de vários cidadãos dentro do Palácio do Planalto. Com plena consciência, o general Geisel optou por deixar as políticas de mortes dos governos militares anteriores a ele. Em 30 de março de 1974, ele se encontrou com os generais Milton e Danton de Paula para ver o andamento do CIE. Também, presente, estava nessa reunião o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), o general João Baptista Figueiredo, que viria a ser, sem surpresa, o sucessor do general Geisel na presidência. O general Milton enfatizou o uso de métodos extrajurídicos a serem empregados contra “subversivos perigosos”. Cerca de 104 pessoas haviam sido vítimas fatais ao longo de um ano antes do período Geisel por esse brutal esquema de assassinatos orquestrado pelo Estado brasileiro.⁵

b) Denúncias na Volkswagen

Em 1959, foi fundada a fábrica da VW de São Bernardo do Campo – local que se tornaria a “Detroit” latino-americana. No mesmo ano, a VW do Brasil criou um setor de segurança no departamento de recursos humanos, liderado por um general que cuidava da segurança e da vigilância dos militantes políticos e sindicalistas dentro da empresa (Kopper, 2017; Dodt; Aders, 2017). O relatório final da CNV (2014) apontou a participação de Franz Paul Stangl, um criminoso de guerra nazista, na elaboração do setor responsável pelo controle dos trabalhadores dentro da VW em São Bernardo do Campo.

Em 1940, Stangl trabalhou, comprovadamente, em um programa de “eutanásia”, destinado ao extermínio de pessoas portadoras de deficiências, por meio da utilização de câmaras de gás. Em 1942, foi comandante da *Schutzstaffel* (SS), tropa de proteção da força militar, responsável por campos

⁵ CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. Office of the Director of Central Intelligence. Job 80M01048A. Subject Files. Box 1. Fodler 29: B-10. Brazil. Secret. 99 Memorandum from director of Central Intelligence Colby to Secretary of State Kissinger. *Office of the Historian website*. Washington, 11 abr. 1975. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99> . Acesso em: 16 jul. 2023.

de extermínio e de concentração. O responsável pela criação e montagem do setor de vigilância e monitoramento da VW em São Bernardo foi justamente este criminoso nazista, que havia trabalhado, anteriormente, em uma empresa têxtil até 1959, ano em que entrou na VW do Brasil (Abal, 2017, p. 241-253).

Em 1967, a extradição de Franz Paul Stangl foi solicitada pela Áustria, seu país de origem. Na Polônia, Stangl já estava condenado à pena de morte. Na RFA, o Ministério Público avançou nas investigações. Autorizada a sua extradição, a entrega do ex-nazista foi feita. Na Alemanha Ocidental, Stangl foi julgado e condenado à prisão perpétua em 1971. No entanto, a estrutura que havia montado na VW Brasil continuou ativa, contribuindo para o aparato repressivo da ditadura. As ações da divisão de segurança da VW do Brasil seguiram, posteriormente, sob o comando do coronel Adhemar Rudge do Exército brasileiro. A estrutura de Stangl, deixada dentro da VW, teve quarenta membros da polícia militar e das Forças Armadas do Brasil (Abal, 2017, p. 244-254; CNV, 2014).

O depoimento do brasileiro Lúcio Machado Bellentani, natural de Birigui, ex-empregado da VW do Brasil, falecido em 2019, foi revelador. Bellentani foi torturado e preso, em julho de 1972, e, solto, em setembro do mesmo ano. Em 1974, Bellentani passou oito meses e meio encarcerado e torturado com uso de pau de arara, além de ter tido dentes quebrados. Bellentani foi do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fazia parte do movimento sindical, organizando reuniões. A família dele só ficou sabendo disso tudo tempos depois. Houve o falseamento da verdade sobre a prisão de Bellentani aos familiares. Lúcio acusou a VW pelos danos físicos e morais e fundou uma associação dos ex-funcionários da VW do Brasil, na qual lutou por justiça enquanto ainda era vivo (Dodt; Aders, 2017; Russau, 2020)

Em anos recentes, Hans-Gerd Bode, responsável pela comunicação da VW, contou que a empresa criou um departamento exclusivo só para lidar com o passado. Em 2014, contratou o historiador alemão Manfred Grieger, que viajou para o Brasil e recomendou que a empresa procurasse os trabalhadores vítimas dos crimes, entre eles, Lúcio Machado Bellentani, para pedir desculpas. Grieger teve que decidir entre só fazer a pesquisa autorizada pelo conselho da empresa ou demitir-se. Em 2016, o historiador deixou o trabalho e a VW não o autorizou a conceder nenhuma entrevista sobre o porquê de sua

desistência. Ele foi substituído por Christopher Kopper, historiador alemão da Universidade de Bielefeld (Dodt; Aders, 2017).

O relatório final da VW do Brasil, feito por Christopher Kopper, por meio da sua pesquisa em arquivos no Brasil e na Alemanha, foi divulgado em 2017. Sobre o envolvimento da empresa com a ditadura civil-militar brasileira, não houve pedido de perdão para os funcionários que foram cruelmente torturados e perseguidos. Nenhum tipo de indenização ou ressarcimento individual ou coletivo estava descrito neste relatório específico. Os autos, como são chamados, também, os processos judiciais, da polícia política apontaram para uma cooperação entre a segurança patrimonial e os órgãos da polícia à época. No documento do MPSP (2020), a respeito do tema objeto nesses autos, os boletins de ocorrência com o timbre da VW encontrados no DOPS foram apresentados a Jacy Mendonça, que foi chefe do departamento jurídico da VW do Brasil e diretor de recursos humanos. Além disso, em décadas mais recentes, a VW do Brasil destruiu quase todos os documentos de relevância histórica referentes justamente a esse período e ao Brasil (Struck, 2017).

O historiador André Paixão (2017) apontou que a VW do Brasil não prestou apoio financeiro direto aos militares golpistas, mas sim à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), revelando encontros da cúpula da empresa com os golpistas, a exemplo de uma comunicação entre o presidente Schultz-Wenk, que fora filiado ao partido nazista, com o então ministro do Planejamento, Roberto Campos, a fim de solicitar redução provisória dos altos impostos para vendas de carros em 1965 (Kopper, 2017, p. 8-19).

Para ilustrar outros casos: o historiador Christopher Kopper (2017, p. 30-31) afirmou que o presidente geral da VW, Kurt Lotz, no cargo de 1968 a 1971, agradeceu em carta a visita, em 1968, ao ministro da Indústria e Comércio, o general Edmundo de Macedo Soares. Tais visitas implicaram em conversas sobre as diretrizes de política econômica no Brasil. Lotz, em segunda viagem ao Brasil, recebeu do governador de São Paulo, o título de cidadão emérito à época. Ademais, Delfim Netto, ministro da Fazenda (1967-1974), sempre era procurado pelos presidentes da VW em viagens ao Brasil. Os encontros da diretoria da VW com os militares golpistas eram frequentes. A concessão de carros da própria fábrica aos militares e o envio de recursos para a FIESP

aconteceram em uma cooperação regular entre a segurança industrial da VW do Brasil e as forças policiais. Quando, por exemplo, no banheiro ou no vestiário da VW do Brasil, era encontrada uma publicação considerada comunista, esta era proibida. A segurança industrial não só registrava isso, mas também denunciava o caso à polícia política da ditadura militar (Dodt; Aders, 2017).

O diretor de recursos humanos da VW do Brasil do período autoritário, o brasileiro Jacy de Souza Mendonça, foi entrevistado no documentário da TV alemã *Daserste*. Ele começou a trabalhar na VW do Brasil em 1969, quando chefiou o departamento jurídico. Negou, nesta mesma entrevista, a existência da ditadura no Brasil. No entanto, o nome de Jacy de Souza Mendonça apareceu em todos os documentos do DOPS. Esse conjunto de documentos foi de autoria do perito do MPSP, o cientista político Guaracy Mingardi, que foi até o Arquivo Público do Estado de São Paulo para averiguar os boletins de ocorrência levados para o DOPS pela própria segurança da VW do Brasil. Nomes de várias pessoas que participaram de greves e piquetes apareceram nos documentos, informando para a polícia política a identidade desses manifestantes. Essa lista de pessoas ainda foi compartilhada pela VW do Brasil com outras empresas (Dodt; Aders, 2017).

Assim sendo, nem mesmo o fato de o Brasil estar sob uma ditadura civil-militar, que violou os direitos da população e dos trabalhadores brasileiros das empresas alemãs no Brasil, foi levado em consideração pela Alemanha Ocidental. A VW do Brasil foi indiciada pelo MPSP, em anos recentes, por fornecer veículos para a repressão política, por perseguições, por compartilhar informações privadas de trabalhadores para as polícias políticas e por torturas dentro de suas fábricas no ABC paulista. A notícia mais recente é de que a empresa vai indenizar os ex-trabalhadores perseguidos e torturados, após longa batalha por parte dos empregados (Reuters, 2020; *Süddeutsche Zeitung*, 2020).

Segundo o relatório coordenado pelo perito do MPSP, Guaracy Mingardi, em inquérito civil de número 1.34.001.006706/2015-26 do Ministério Público Federal (MPF) de 2020,⁶ a VW do Brasil elaborou boletins de

⁶ MPSP. Direitos Humanos, empresas e justiça de transição: o papel da Volkswagen do Brasil na repressão política durante a ditadura militar. Relatório Conjunto MPF, MPT e MPSP. *Ministério Público do Estado de São Paulo website*. São Paulo, out. 2020. Disponível em:

ocorrência da empresa com os nomes e os dados dos trabalhadores que fizeram greves, piquetes e manifestações e entregaram à polícia política quem eram essas pessoas. A VW do Brasil não foi forçada a fazer isso, ela fez por livre e espontânea vontade de colaborar com a repressão militar. Em boletins da própria VW do Brasil, Bellentani foi preso enquanto trabalhava, foi levado para o próprio departamento pessoal da fábrica em São Bernardo do Campo, onde foi interrogado e espancado em uma sala de interrogatório chamada “chiqueiro”, e, dali, levado direto para o DOPS. Houve indícios que outros empregados também passaram de 10 a 12 dias dentro desta sala ligada à segurança industrial antes de serem direcionados para o DOPS. Na empresa, guardas da VW ficavam à paisana para escutar conversas em banheiros e vestiários para colher “provas” para a segurança industrial e para a repressão política da ditadura militar (Mingardi, 2017; Dodt; Aders, 2017).

Conforme William Glenn Gray (2017, p. 125-126), mesmo no auge da indignação pública sobre a ditadura civil-militar, a oposição na Alemanha Ocidental aos generais brasileiros não conseguiu se unificar em torno de um movimento estruturalmente organizado. Não houve uma corrente de exilados que tivesse chegado na RFA. O tópico não ganhou força nos congressos nacionais dos principais partidos na Alemanha Ocidental, como o socialdemocrata e o partido cristão ou mesmo nos sindicatos alemães, principalmente, devido à falta de um círculo focado em direitos humanos no próprio Brasil. Apenas no governo de Helmut Schmidt (1974-1982), o SPD, partido social-democrata alemão, encorajou laços mais próximos entre os sindicatos alemães e brasileiros. Durante uma visita ao Brasil, em 1979, Schmidt falou com o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva. O encontro foi conturbado. Lula alegava que os capitalistas alemães, sobretudo os da VW, estavam prontos para acionar a polícia contra os trabalhadores em greve. O fato de o chanceler alemão ter se encontrado com os líderes sindicais e, também, com membros da Igreja destacava certo valor que ele atribuía à tentativa de dialogar com os movimentos sociais, porém, sem resultados concretos (Gray, 2017, p. 133-134).

http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/Publicacoes_MP/Todas_publicacoes/BF3AC5F7DBBA5F92E050A8C0DE0127CD . Acesso em: 16 jul. 2023.

c) Denúncias na Siemens

Além da VW do Brasil, outra empresa citada no relatório final da CNV (2014) foi a Siemens. No volume III, constou que o diplomata brasileiro José Pinheiro Jobim foi sequestrado e encontrado morto no Rio de Janeiro, após sete dias da posse do presidente general Figueiredo. Jobim escrevia um livro sobre um esquema de corrupção na hidrelétrica de Itaipu⁷ em Foz do Iguaçu à época (MPF, 2018; Galli, 2018). Anos antes, o diplomata brasileiro tinha sido nomeado, em missão especial, para acertar a compra das turbinas da hidrelétrica Itaipu, fornecidas pela Siemens, além de outros materiais que a empresa alemã ocidental fabricava (Fernandes, 2014).

No mesmo volume do relatório da CNV (2014), constava que a advogada e filha do diplomata José Pinheiro Jobim, Lygia Jobim, questionou a relação do delegado Ruy Dourado no caso do pai assassinado – que entrou no processo a pedido do embaixador Pio Correa e presidente da Siemens em 1979. O delegado Ruy Dourado trabalhou com Pio Correa na embaixada do Uruguai, em 1964, ajudando-o com o Centro de Informações do Exterior (Ciex). Pio Correa foi um dos idealizadores do Ciex – o órgão repressivo do Itamaraty que monitorava e vigia os brasileiros exilados no mundo durante a ditadura. No depoimento à CNV (2014), a filha de Jobim achou estranho o corpo do pai aparecer justamente na jurisdição onde o delegado Ruy Dourado atuava na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Pio Corrêa, então diretor da Siemens, era muito ligado aos trâmites de Itaipu. A CNV (2014) tratou o caso como um crime de Estado motivado politicamente e que ele se assemelhava ao caso de vários mortos e desaparecidos políticos ao longo da ditadura militar.

Para a CNV (2014), não surpreendeu que o sequestro, a tortura e o assassinato do embaixador brasileiro José Pinheiro Jobim tivessem conexão com o projeto do livro dele acerca da construção da hidrelétrica de Itaipu, cujo lançamento poderia suscitar amplo debate sobre o tema, no parlamento, na imprensa e em foros da sociedade civil que ressurgiam aos poucos. Isso sem esquecer do meio militar, em uma conjuntura em que ainda não se chegara

⁷ O aproveitamento hidrelétrico de Itaipu derivou de um acordo entre o Brasil e o Paraguai, resultado da Ata das Cataratas, em junho de 1966. Em abril de 1973, foi celebrado, em Brasília, o Tratado de Itaipu. Em maio de 1974, em encontro entre os generais Ernesto Geisel e Alfredo Stroessner (1954-1989), foi instalada a empresa Itaipu binacional (MRE, 2021).

a um acordo definitivo com a Argentina sobre a utilização dos recursos hídricos do rio Paraná. A ditadura militar enfrentava a oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Congresso Nacional e de entidades representativas da sociedade à implementação do acordo nuclear com a RFA de 1975, objeto por igual de forte pressão diplomática internacional – a ser visto na próxima seção. O relatório da CNV (2014) recomendou, ainda, que o MPF tomasse medidas necessárias para ter acesso aos documentos da Siemens relativos ao fornecimento de turbinas para Itaipu, mas este caso não avançou tanto como o da VW do Brasil.

Na RFA, um manifesto da bancada do PV alemão apontou para a violação dos direitos humanos da população do Brasil, afirmando que o acordo atômico teuto-brasileiro de 1975 infringia regras democráticas fundamentais. O governo ditatorial brasileiro não admitiu processos de licenciamento de direito atômico com participação dos cidadãos, como prescrito na Alemanha Ocidental, a título de comparação. Desde o princípio, a indústria atômica alemã-ocidental necessitou da privação de direitos sociais e de direitos humanos da população brasileira para atuar comercialmente.⁸

d) O processo de abertura política da ditadura militar e movimento antinuclear

A redemocratização brasileira não foi um processo rápido. Pouco a pouco, as denúncias sobre violações de direitos humanos na ditadura militar foram ganhando espaço em movimentos sociais até passar a ter mais visibilidade na imprensa. Na RFA, o movimento antinuclear estava crescendo, influenciando parte da opinião pública internacional, especialmente após o acidente de Chernobyl na Ucrânia em 1986. Francisco Carlos Teixeira da Silva (2003) indica que houve duas fases do processo de abertura: uma no governo do general Geisel, permanecendo a tutela militar, limitada e lenta, porém, não durante todo o processo, malgrado a presença da oposição. As vitórias eleitorais em 1976 e 1979 do partido de oposição, o MDB, assim como a onda de atentados praticados pelos “bolsões radicais”, que culminariam em

⁸ Órgãos do Serviço de Informações do Regime Militar. Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Notação: BR_DFANBSB_Z4_SNA_ENU_0015. Série: Energia Nuclear. Arquivo Nacional, p. 5-6.

atentados na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e no Rio Centro, em 1981, acentuaram uma segunda fase do processo de abertura, que passaria das mãos do poder militar para a sociedade, ensejando as mobilizações da campanha das *Diretas Já* - movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da república (Moreira, 2009).

A partir de 1983, a proposta das *Diretas Já* representou um rompimento com a abertura limitada e pactuada que a ditadura vinha tentando implantar e, levaria, por meio do voto direto, a uma Constituinte e à ruptura desfavorável para as forças militares. Apesar disso, Francisco Carlos (2003, p. 273) identificou a transição brasileira como um pacto entre os setores conservadores no poder e as forças moderadas na oposição. Ao contrário do que ocorreu, por exemplo, na Argentina, onde houve uma transição por colapso, com forte ruptura com o autoritarismo. Nas transições por colapso, os comandantes militares, os generais-presidentes e os tecnocratas são julgados e levados à prisão - fato que não ocorreu no Brasil (Silva, 2003).

O acordo nuclear assinado entre Brasil e Alemanha Ocidental de 1975 prometia a construção de até oito usinas nucleares e a implementação do programa nuclear brasileiro. No caso de Angra dos Reis, cidade escolhida para ser a sede das centrais nucleares derivadas desse acordo, a propaganda governamental à época associava a central nuclear ao progresso científico, que fez com que a construção das usinas praticamente não sofresse tantas pressões da sociedade durante seus primeiros dez anos de construção. Aliado a isto, é igualmente importante notar que, a cidade de Angra do Reis passou a ser área de Segurança Nacional, a partir de 1968, ou seja, antes da concretização do acordo teuto-brasileiro, de modo que ações contra as usinas eram passíveis de pena sob a Lei da Segurança Nacional. Nesse sentido, a luta antinuclear local e conceitual acabou se inserindo dentro do movimento ambiental maior, com o qual compartilhava seu repertório de ação. A utilização de protestos públicos tornou-se, nesse período, um dos principais instrumentos das lutas ambientais contra o acordo nuclear Brasil-Alemanha Ocidental (Chaves, 2014).

Existiram, ainda, várias redes de ativistas contra a energia nuclear, especialmente aqueles que viviam próximos às usinas nucleares de Angra dos Reis. A chamada Sociedade de Proteção Angrense Ecológica (SAPE) liderou a

resistência local contra os reatores nucleares da Alemanha Ocidental, além da Articulação Antinuclear Brasileira e Coalizão por um Brasil livre de usinas nucleares, juntamente ao Greenpeace Brasil. Essas organizações trabalhavam há anos com grupos antinucleares na Alemanha Ocidental, entre eles o *Anti-Atom-Initiativen* (Iniciativas antiatômicas) e o *Brasilien-Solidaritätsgruppen* (Grupos Solidariedade Brasil). Em suas campanhas, eram todos contra as garantias de exportação nuclear para os reatores de Angra e a favor do fim formal do acordo nuclear teuto-brasileiro de 1975 (Russau, 2016, p. 48).

No caso de Angra dos Reis e da instalação das usinas com tecnologia alemã, novos instrumentos legislativos foram criados, como a lei que condicionava a instalação de novas atividades nucleares à anuência da Câmara de Vereadores, a busca por compensações financeiras e a criação de assembleias abertas à população sobre a instalação de Angra II e III (Angra I derivou de um acordo com os Estados Unidos), de modo a tentar melhorar a imagem do centro nuclear perante a população. Houve, ainda, uma tentativa de cooptar a população local (via cessão de alimentos, palestras, panfletos, vantagens econômicas e visitas) e os políticos. O caminho trilhado pelas reações do governo militar partiu de uma postura abertamente autoritária, de rechaço a estes movimentos e foi, paulatinamente, a se abrir, porém, sem alterar substancialmente sua posição. Estes movimentos antinucleares tornaram-se crescentemente mais custosos à ditadura militar, ao ignorar as percepções da população local. Isso foi reflexo da volta paulatina da sociedade civil na sua função política e do questionamento em relação ao modelo de política nuclear centralizado e tecnocrático, construído pela ditadura militar (Chaves, 2014).

A ditadura já estava perdendo força na década de 1980, lembrando que o processo de anistia foi em 1979. A lei da anistia ampla e geral foi um processo de distensão política que incluiu a volta dos anistiados por meio da lei de número 6683. A oposição começou a crescer na sociedade civil e se mobilizava nas ruas. Até antes disso, o “negócio do século” de 1975 entre Brasil e Alemanha Ocidental entrou na retórica nacionalista do milagre econômico e conseguiu abafar, inicialmente, os escândalos nas negociações e na implementação, apontados pela imprensa internacional como a revista alemã *Der Spiegel* e, de forma modesta, por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 1978. Políticos dos partidos da oposição à ditadura militar no Brasil se

manifestavam a favor das finalidades pacíficas do programa nuclear e até mesmo radicalmente contra o uso da energia nuclear no Brasil como Fernando Gabeira (1987).⁹

Rodrigo Morais Chaves (2014), por sua vez, afirmou que a oposição dos órgãos que representavam a ciência, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Sociedade Brasileira de Física (SBF), era entendida como sendo orientada mais para a democratização da formulação da política nuclear do que para um curso de ação contra a energia atômica. Boa parte dos críticos desses grupos eram favoráveis a um desenvolvimento nuclear democrático e condizente com a realidade técnica e científica local. Existia um grupo que articulava críticas técnico-científicas ao acordo com a Alemanha Ocidental de 1975; outro que criticava os excessivos interesses da indústria alemã no projeto e a modesta fatia destinada à indústria nacional; e um terceiro grupo que reunia argumentos contrários à política de planejamento centralizada e autoritária da ditadura. Nesta interpretação, a oposição se desenvolveu ao questionar, primeiramente, a validade técnica, até chegar no questionamento da autocracia existente. Nesse sentido, as críticas ao acordo nuclear teuto-brasileiro por parte da comunidade epistêmica como as associações científicas diziam respeito à ineficiência da tecnologia importada da Alemanha Ocidental (*jet nozzle*), não comprovada comercialmente, à questão ambiental, principalmente o destino dos resíduos e rejeitos, à falta de transparência, ao problema da formação de quadros qualificados e à falta de capacitação da pesquisa local.

Para o historiador William Glenn Gray (2012, p. 468), uma das ironias das relações teuto-brasileiras é que o curso da redemocratização na década de 1980 fez o Brasil um parceiro menos desejável neste período para Alemanha Ocidental, ao contrário do que ocorrera nas décadas de 1960 e 1970. Com o fim do milagre econômico, com a inflação alta e a crise da dívida externa, as empresas alemãs diminuíram o ritmo dos investimentos no país. Apesar disso, uma América Latina instável poderia até ter sido péssima para os negócios, mas nunca uma ameaça grave para os interesses alemães no Brasil.

Para Gray (2012, p. 467), não foi apenas o significado econômico do tratado com o Brasil de 1975 que foi superestimado pelo governo alemão de

⁹ Gabeira cobriu em Goiânia o acidente radioativo com o cézio 137. Escreveu um livro sobre isso, intitulado *Goiânia, Rua 57: o nuclear na terra do sol* (Gabeira, s.d.).

Helmut Schmidt (1974-1982), mas também a viabilidade da indústria nuclear alemã em si. Em meados da década de 1980, protestos públicos paralisaram os componentes centrais da “economia do plutônio” na Alemanha Ocidental. Várias centrais tiveram problemas: um autogerador nuclear em Kalkar, na fronteira com a Holanda, foi desmantelado; a construção do centro de reprocessamento comercial em Wackerdorf, na Bavária, foi interrompida; uma usina piloto de reprocessamento em Karlsruhe fechou. Alemanha Ocidental também abandonou o reprocessamento nuclear. A única tecnologia que os oficiais alemães recusaram vender para o Brasil na década de 1970 – o enriquecimento de gás-centrífuga – emergiu depois como o caminho mais seguido para a proliferação nuclear, graças à familiaridade do metalúrgico paquistanês A.Q. Khan. No entanto, não foi tão claro se este canal também facilitou o desenvolvimento da centrífuga do Brasil em um programa nuclear paralelo ao oficial que os militares criaram, clandestinamente, após o colapso do acordo teuto-brasileiro de 1975.

Para Nick Gillard (2016, p. 18), o serviço de inteligência da RFA *Bundesnachrichtendienst* (BND) suspeitou que especialistas alemães com laços com a Urenco, uma empresa de tecnologia nuclear envolvendo Alemanha Ocidental, Reino Unido e Holanda, poderiam ter fornecido parte de um amplo vazamento de informações para o programa nuclear paralelo no Brasil. As notícias na RFA sobre a existência do programa nuclear bélico no Brasil já repercutiam em debates parlamentares por representantes do Partido Verde (PV) e a ala jovem do SPD.

Essa desconfiança generalizada de que o Brasil poderia contribuir para a proliferação de bomba nuclear esteve presente durante toda a Guerra Fria. Uma notícia da revista *Der Spiegel* informava a construção de submarinos atômicos, bem como de possíveis ogivas nucleares. O semanário citava artigos da *Folha de São Paulo* e do jornal *O Globo*, reproduzindo informações sobre a construção de poços revestidos de material refratário na base aérea da Serra do Cachimbo, Mato Grosso, e a opinião do físico Luiz Rosa Pinguelli, segundo o qual estas escavações poderiam servir para testes.¹⁰

¹⁰ Órgãos do Serviço de Informações do Regime Militar. Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Notação: BR_DFANBSB_Z4_SNA_ENU_0014. Série: Energia Nuclear. Arquivo Nacional. p. 11-12/22.

O programa nuclear paralelo da ditadura contou com a colaboração do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) da Aeronáutica, em São José dos Campos (SP), e do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), na cidade de São Paulo (Costa, s.d.). Neste programa, o enriquecimento de urânio estava livre de controles internacionais (o oficial nacional tinha) e seria feito de duas maneiras: no IPEN, com centrífugas especiais, e, no CTA, com o enriquecimento por raios laser. A revista *Der Spiegel* citava que a utilização da capacidade do programa paralelo seria uma decisão política, sobre a qual o almirante Maximiliano da Fonseca declarou: “Minha opinião pessoal é que devíamos explodir uma bomba para demonstração. Mais importante que a bomba é a produção de submarinos atômicos”. Ainda estava presente o fato de que três submarinos atômicos ingleses anularam a Marinha argentina na guerra das Malvinas, em 1982, cujo impacto repercutiu nas Forças Armadas do Brasil¹¹.

Para Carlo Patti (2015, p. 9), o programa paralelo ao civil incluiu todas as etapas da produção da energia atômica até a construção de reator para propulsão nuclear naval. O programa paralelo das Forças Armadas não foi passível de salvaguardas internacionais e não obedeceu às restrições impostas pelos EUA e pelo *Nuclear Suppliers Group* (NSG) – clube dos países fornecedores de energia nuclear. Tal programa só se tornou público após o fim da ditadura. Em 1987, já no período democrático, José Sarney (1985-1990) anunciou publicamente que o Brasil tinha alcançado a capacidade de enriquecer, autonomamente, urânio por meio deste programa nuclear - até então mantido de forma secreta. O programa foi fechado no governo Fernando Collor de Mello (1990-1992), quando unificado ao civil – este baseado na cooperação com a Alemanha Ocidental (Patti, 2015).

A síntese mais atualizada da história dos poços para testes explosivos na Serra do Cachimbo, em Mato Grosso, é de Mark Hibbs (2014), que explica que, durante a década de 1980, parte das Forças Armadas, a Aeronáutica, queria verbas para seus próprios projetos nucleares. Para obtê-las, esses militares precisavam mostrar algum progresso e, por isso, cavaram certos poços. Porém, especialistas descobriram que tais buracos eram improfícuos

¹¹ Órgãos do Serviço de Informações do Regime Militar. Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores. Notação: BR_DFANBSB_Z4_SNA_ENU_0014. Série: Energia Nuclear. Arquivo Nacional, p. 11-12.

para testar artefatos nucleares, pois não havia infraestrutura adequada para tal finalidade. Na década de 1990, fechar os poços foi um gesto que apontou para uma nova direção em relação à não proliferação nuclear. As restrições crescentes do regime de não proliferação nuclear global na década de 1980 afetaram em cheio o programa nuclear brasileiro, principalmente, o paralelo, em que pese o fato de o Brasil não aderir às normas internacionais à época.

Ao longo do processo de redemocratização, não houve punição aos torturadores. Muito menos, um julgamento público de cunho popular, o que acabou desencadeando o esquecimento do passado ditatorial. Para Alexandra Barahona de Brito (2013), os grupos que reivindicaram a verdade não receberam apoio amplo da população. Outro fator-chave foi o grau de continuidade entre a ditadura e o governo Sarney, este último com fortes conexões com a comunidade de informações e os militares. A OAB, as Comissões de Justiça e Paz da Igreja Católica, a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Comitê de Anistia e o grupo Tortura Nunca Mais permaneceram isolados, na medida em que a sua luta não mobilizou tanto a opinião pública.

Outro fator que pode ter contribuído para o difícil processo de fazer justiça é a própria lei da anistia de 1979 que, segundo Glenda Mezarobba (2010, p. 10-11), ficou longe de associar-se aos objetivos que envolviam seu movimento reivindicatório e, sequer atendeu às principais reclamações dos perseguidos políticos. Por exemplo, a lei individualizava a questão em torno das famílias: o artigo 6 dessa lei permitia apenas que o cônjuge, um parente ou o Ministério Público requeressem uma declaração de ausência da pessoa que, envolvida em atividades políticas, estivesse desaparecida de seu domicílio, sem dar notícias há mais de um ano. Apesar disso, a luta por anistia contou com o apoio de grupos internacionais, mesmo não repercutindo da forma esperada, e conseguiu resultados na divulgação internacional¹² dos horrores do arbítrio (Brito, 2013; Greco, 2003; Mezarobba, 2010; Ferreira; Delgado, 2003).

¹² O caso do jornalista Vladimir Herzog foi para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O Estado brasileiro foi condenado por não investigar e punir a morte do jornalista Vladimir Herzog (CIDH, 2018).

Conclusão

O lento processo de abertura política brasileira revelou a crescente violação de direitos humanos por parte do empresariado não só nacional como estrangeiro. Com o colapso da ditadura militar, o tema atômico atingiu importância nos debates da Assembleia Constituinte (convocada em 1985) à medida que movimentos sociais contestavam os objetivos do programa nuclear nacional como mais uma política pública obscura dos tempos autoritários. O caso da VW do Brasil foi emblemático acerca do lado sombrio da história dos negócios teuto-brasileiros. A VW quis deixar registrada sua versão oficial e adotar uma interpretação oficialista acerca dos fatos. Aqui se percebeu a disputa pela memória do período autoritário: de um lado, os trabalhadores e vítimas que foram presos, torturados, perseguidos e violentados e que batalharam por verdade e justiça como Lúcio Machado Bellentani; de outro, aqueles que foram “premiados” por se manterem ao lado dos golpistas, embarcando no modelo da modernização industrial autoritária conservadora.

O MPSP deu continuidade às investigações da situação dos trabalhadores vítimas da repressão militar, por parte dos negócios teuto-brasileiros, uma vez que o relatório oficial da VW Brasil de 2017 havia sido insuficiente. O que ficou é um sentimento de falta de justiça para com todos aqueles que sofreram as mais duras barbaridades durante a repressão ditatorial no Brasil, com o auxílio de potências estrangeiras como a RFA. A notícia mais recente é que VW do Brasil vai indenizar ex-trabalhadores vítimas do aparato de segurança e de repressão dentro da fábrica do ABC paulista e depositar dinheiro em memoriais de direitos humanos via ajustamento de conduta com o MPSP, o MPF e Ministério Público do Trabalho (MPT) (MPSP, 2020).

Segundo a nota pública do MPSP (2020), a VW assinou um acordo extrajudicial com o MPSP, o MPF e o MPT que estabeleceu obrigações à empresa alemã para que não fossem propostas ações judiciais sobre a cumplicidade da VW com os órgãos de repressão e a tortura da ditadura militar. Neste sentido, encerraram-se os inquéritos civis que tramitavam desde 2015. A investigação contou com milhares de documentos reunidos, relatos das vítimas e relatórios de pesquisadores contratados pelo MPF e pela VW. Parte do dinheiro (R\$ 4,5 milhões) foi destinada à Universidade Federal

de São Paulo (Unifesp) (Garcia, 2020) para o financiamento de pesquisas sobre a colaboração de empresas com a ditadura e para a identificação das ossadas dos presos políticos encontradas em vala clandestina no cemitério de Perus, em São Paulo. Outra notícia recente é uma denúncia sobre trabalho escravo rural durante a ditadura (1964-1985) no Pará, na chamada “Fazenda Volkswagen”. Acerca desta violação, o MPT afirmou que a VW se retirou no dia 29 de março de 2023, da mesa de negociação, para um acordo de reparação às vítimas de trabalho forçado (Opera Mundi, 2023).

Sobre o caso do diplomata brasileiro José Pinheiro Jobim, a última notícia averiguada é que seu atestado de óbito – que até então constava a causa da morte como indefinida – foi retificado devido à persistência da filha no caso. Segundo consta em nota pública do MPF (2018), José Pinheiro Jobim faleceu em razão de morte violenta causada pelo Estado, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora à ditadura militar. Um pequeno e lento passo para a chegada de uma possível justiça e verdade e para a reconstrução do estado democrático de direito.

Portanto, a Alemanha Ocidental optou por ignorar fatores domésticos do país lusófono com o qual ela negociava. Por fim, o Brasil não teve uma justiça de transição. Uma reparação para todas as vítimas da brutalidade do Estado brasileiro na ditadura realmente justa esbarra na lei da anistia de 1979. Fato é que, desde o nazismo, foi a primeira vez que a VW ofereceu este tipo de indenização para o caso dos trabalhadores do ABC paulista – mas não sobre o trabalho rural análogo à escravidão no Pará.

Referências

ABAL, F. C. “Um nazista na Volkswagen do Brasil: Franz Stangl e a cooperação entre militares e industriais durante a ditadura militar brasileira”. **Dimensões** – Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo, v. 38, jan./jun. 2017, p. 240-256. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/16814>. Acesso em: 04 mar. 2023.

BRANDÃO, R. V. M. **O negócio do século: o Acordo de Cooperação Nuclear Brasil-Alemanha**. 2008. 129f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/academico/media/aluno/1222/projeto/Dissertrafael-vaz-da-motta-brandao.pdf> . Acesso em: 14 jul. 2023.

BRITO, A. B. “Justiça transicional em câmara lenta: o caso do Brasil”. In: PINTO, A. C.; MARTINHO, F. C. P. (orgs.). **O passado que não passa**: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 235-260.

CHAVES, R. M. **O programa nuclear e a construção da democracia**: análise da oposição ao programa nuclear brasileiro (1975-1990). 2014. 175f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/12530> . Acesso em: 30 mar. 2023.

CIDH. “Corte interamericana de direitos humanos condena Brasil por não investigar e punir a morte de Vladimir Herzog”. **Vladimir Herzog**, 2018. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/corte-interamericana-de-direitos-humanos-condena-brasil-por-nao-investigar-e-punir-a-morte-de-vladimir-herzog/> . Acesso em: 18 jul. 2023.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (Brasil). Relatório. Violação de direitos humanos dos trabalhadores. v.2, texto 2. 10 dez. 2014. **Arquivo Nacional**. Centro de Referências Memórias Reveladas website. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%20%20-%20Texto%20.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2023.

COSTA, C. M. L. “Fato e imagens: artigos ilustrados de fatos e conjunturas do Brasil. Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (1975)”. **Portal CPDOC/FGV**, s.d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AcordoNuclear>. Acesso em: 05 mar. 2023.

DER SPIEGEL. “Atomgeschäft: Milliarden-Pleite in Brasilien?”. **Der Spiegel**, Hamburgo, 18 set. 1978. Disponível em: <https://www.spiegel.de/spiegel/print/d-40607111.html>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DODT, S.; ADERS, T. „Komplizen? VW und die brasilianische militärdiktatur“. **Daserste**, Berlim, 24 jul. 2017. Disponível em: <http://www.daserste.de/information/reportagedokumentation/dokus/videos/komplizen-vw-und-die-brasilianische-militaerdiktatur-114.html>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FERNANDES, L. “MPF vai abrir inquérito para investigar morte de embaixador em 1979: José Jobim foi encontrado morto depois de revelar, na posse do presidente João Figueiredo, que escreveria um livro com denúncias de corrupção na hidrelétrica de Itaipu”. **Senado Federal**. Brasília, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/504305/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 Mar. 2023

FUCHS, R. "Colônia Dignidad: No 'glorious chapter' for German diplomacy". **Deutsch Welle**, 27 abr. 2016.

GABEIRA, F. **Goiânia, Rua 57**: o nuclear na terra do sol. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

GALLI, G. "Atestado de óbito de José Jobim, morto na ditadura, é retificado". **Instituto Vladimir Herzog**, 21 set. 2018. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/atestado-de-obito-de-jose-jobim-morto-na-ditadura-e-retificado/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GARCIA, P. Unifesp recebe recurso para financiamento de pesquisa sobre a ditadura no Brasil. **Universidade Federal de São Paulo**, 25 set. 2020. Disponível em: <https://www.unifesp.br/noticias-anteriores/item/4728-unifesp-recebe-recurso-para-financiamento-de-pesquisas-sobre-a-ditadura-no-brasil>. Acesso em: 11 jul. 2023.

GEIER, S. **Schwellemnacht**. Kernenergie und Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland von 1949 bis 1980. 839f. 2011. Dissertation in der Philosophischen Fakultät und Fachbereich Theologie der Friedrich-Alexander Universität Erlangen-Nürnberg, Erlangen, 2011. Disponível em: <https://opus4.kobv.de/opus4-fau/frontdoor/index/index/docId/3053>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GILLARD, N. "Foreign assistance in Brazil's nuclear programme. Proliferation Case Study Series". **Project Alpha – Centre for Science and Security Studies**, King's College London, jan. 2016.

GRAY, W. G. "Commercial liberties and nuclear anxieties: The S-German Feud over Brazil, 1975-7". **The International History Review**, v. 34, n. 3, 2012, p. 449-474.

GRAY, W. G. "Stabilizing the Global South: West Germany, Human Rights and Brazil (1960-1980)". In: BRESSENDOR, A. B.; OSTERMANN, C.; SEEFRIED, E. G. (orgs.). **West Germany, the Global South and the Cold War**. Munique/Berlim: The Institute for Contemporary History, 2017 (The German Yearbook of Contemporary History).

GRECO, H. A. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. 559f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/VGRO-5SKS2D/1/tese.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2023.

HIBBS, M. Looking back at Brazil's boreholes. **Arms Control Wonk**. Carnegie Endowment for International Peace. 22 abr. 2014. Disponível: <https://carnegieendowment.org/2014/04/22/looking-back-at-brazil-s-boreholes-pub-55407>. Acesso em: 10 mar. 2023.

JOFFILY, M. "Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) (verbete temático)". **Portal CPDOC/FGV**, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/destacamento-deoperacoes-e-informacoes-centro-de-operacoes-e-defesa-interna-doi-codi>. Acesso em: 21 mar. 2023.

KOPPER, C. “A VW do Brasil durante a ditadura militar brasileira 1964-1985: uma abordagem histórica”. **Página Oficial da Volkswagen do Brasil**, 2017. Disponível em: <http://vwbr.com.br/ImprensaVW/page/Historia.aspx> . Acesso em: 28 mar. 2023.

LAMARÃO, S. “Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS) (verbetes temático)”. **Portal CPDOC/FGV**, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-de-pesquisas-e-estudos-sociais-ipes>. Acesso em: 28 mar. 2023.

MEZAROBBA, G. “Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil”. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 7, n. 13, dez. 2010, p. 7-25. Disponível em: <https://www.sur.conectas.org/wpcontent/uploads/2017/11/sur13-port-completa.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2023.

MINGARDI, G. A participação da indústria paulista na repressão política – O caso Volkswagen. Relatório Final. **Ministério Público Federal/Ministério Público do Estado de São Paulo**. set. 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-deimprensa/docs/relatorio-guaracy-mingardi-tac-volkswagen> .Acesso em: 14 mar. 2023.

MOREIRA, M. E. L. Diretas Já. Verbetes. **CPDOC**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja> . Acesso em: 17 jul. 2023.

MPF. “Retificada certidão de óbito de vítima da ditadura militar”. **Ministério Público Federal**, 24 set. 2018. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/retificada-certidao-de-obito-de-vitima-da-ditadura-militar>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MPSP. Direitos Humanos, empresas e justiça de transição: o papel da Volkswagen do Brasil na repressão política durante a ditadura militar. Relatório Conjunto MPF, MPT e MPSP. **Ministério Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, 5 out. 2020. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/BibliotecaDigital/Publicacoes_MP/Todas_publicacoes/BF3AC5F7DBBA5F92E050A8C0DE0127CD . Acesso em: 16 jul. 2023.

MRE. “Itaipu, uma obra diplomática”. Exposição no Museu Histórico e Diplomático do Arquivo Histórico do Itamaraty. **Okalab**, set. 2021. Disponível em: <https://okalab.com.br/itaipu> . Acesso em: 17 jul. 2023.

NEHER, C. “Livro denuncia atividades de empresas alemãs no Brasil”. **Deutsche Welle Brasil**, 26 out. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/livro-denunciaatividades-de-empresas-alemãs-no-brasil/a-36146603?maca=pt-BR-Whatsapp-sharing>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, R. A. N. **Um espião silenciado**: a queda de um agente duplo da sacada de seu apartamento e a atuação de organizações anticomunistas no pré-1964. Recife: Cepe, 2020.

OPERA MUNDI. Volkswagen diz “não ter interesse” em indenizar vítimas de trabalho escravo durante ditadura. **UOL**. 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79867/volkswagen-diz>

[nao-ter-interesse-em-indenizar-vitimas-de-trabalho-escravo-durante-ditadura](#). Acesso em: 30 mar. 2023

PAIXÃO, A. “Relatório aponta que Volkswagen ‘foi leal’ ao governo da ditadura militar no Brasil”. **Portal G1**, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/carros/noticia/relatorio-aponta-que-volkswagen-foi-leal-a-ditaduramilitar-no-brasil.ghtml> . Acesso em: 17 mar. 2023.

PATTI, C. “The origins of the Brazilian nuclear programme, 1951-1955”. **Cold War History**, v. 15, n. 3, 2015, p. 353-373. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14682745.2014.968557>. Acesso em: 21 mar. 2023.

REUTERS. “Volkswagen to pay victims of Brazil dictatorship in landmark settlement”. **Reuters**, Berlin/Brasília, 23 set. 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/ukvolkswagen-brazil-idUSKCN26E36G> . Acesso em: 23 mar. 2023.

RUSSAU, C. **Abstauben in Brasilien**. Hamburgo: Rosa Luxemburg Stiftung, 2016. Disponível em: https://www.rosalux.de/fileadmin/rls_uploads/pdfs/sonst_publicationen/VSA_Russau_Abstauben_in_Brasilien.pdf . Acesso em: 23 mar. 2023.

SILVA, F. C. T. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil”. In: ERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 243-279.

STRUCK, J. P. “Relatório da Volkswagen não satisfaz vítimas da ditadura no Brasil”. **Deutsche Welle**, 14 dez. 2017. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/relatório-davolkswagen-não-satisfaz-v%C3%ADtimas-da-ditadura-no-brasil/a-41803773> . Acesso em: 17 mar. 2023.

SÜDDEUTSCHE ZEITUNG. “Auto VW entschädigt Opfer der Militärdiktatur in Brasilien”. **Süddeutsche Zeitung**, São Paulo/Wolfsburg, 24 set. 2020. Disponível em: <https://www.sueddeutsche.de/wirtschaft/auto-vw-entschaedigt-opfer-der-militaerdiktatur-in-brasilien-dpa.urn-newsml-dpa-com-20090101-200924-99-688956>. Acesso em: 24 mar. 2023.